

# Diário do Legislativo de 14/10/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## SUMÁRIO

### 1 - MATÉRIA VOTADA

1.1 - Plenário

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 - ERRATAS

## MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA da 2ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 15ª legislatura, EM 13/10/2004

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em redação final: Projeto de Lei nº 1.128/2003, da Deputada Marília Campos.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 81ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 14/10/2004

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para homenagem ao Rotary Club de Juiz de Fora.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.194, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2005 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.537/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB-MG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1, e pela aprovação do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.796/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 25.700.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.800/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 83.924.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.799/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 11.290.516,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.795/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 35.200.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.797/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 1.834.800,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.798/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 91.000.284,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.775/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações de terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.516/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto .

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.742/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 639/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o fundo estadual que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da CPI do Café, a realizar-se às 9h30min do dia 14/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados: Srs. Ronaldo Scucato, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - OCEMG -; e Oswaldo Henrique Paiva Ribeiro, Presidente do Conselho Nacional do Café - CNC.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/10/2004

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público nas galerias, imprensa, venho a esta tribuna para agradecer, mais uma vez, às famílias, enfim, ao povo de Pedro Leopoldo a vitória que obtive nas eleições, o que ocorre pela quarta vez. Lá, realmente, aconteceu um processo democrático. Durante a vida inteira, lutamos contra a ditadura. O nosso adversário não tinha mesmo condições de governar a cidade. Graças à democracia, além de vencer os jornais, vencemos um ditador. A partir do dia 1º de janeiro estaremos lá, representando um único partido. Ou seja, lá não reinará o PDT, o PV, partido do meu Vice, o PMDB ou o PT, mas um único partido, o da cidade de Pedro Leopoldo.

Nossa campanha pautou-se pelo Orçamento Participativo, que surgiu com o PT. No entanto, por que não nos apegar às coisas boas? Nossa campanha pautou-se também por propostas de vários partidos, entre eles o PP e o PMDB. O povo quer propostas, e não ditadura e coronelismo; o povo quer a democracia.

Srs. Deputados, aproveitarei a oportunidade para fazer uma reflexão. Em Pedro Leopoldo, Juiz de Fora, Contagem e em várias outras cidades ocorreram fatos desagradáveis. No dia 2 de outubro, o jornal "O Tempo", que é covarde, publicou uma pesquisa dando a vitória, por 19 pontos percentuais, ao atual Prefeito de Pedro Leopoldo. Esse percentual corresponderia a mais de 7 mil votos. Com essa calúnia, esse jornal objetivava afetar a cidade inteira; logo, não merece mais o meu respeito.

Tive a oportunidade de dizer ao Diretor de Redação, Sr. Almerindo Camilo, que se tratava de uma pesquisa comprada. A pesquisa foi feita pelo cientista político Ricardo Guedes. No entanto, que cientista político é esse que faz uma pesquisa apresentando uma vantagem de 19% e a publica um dia antes da eleição para garantir a eleição do outro candidato? Ricardo Guedes, o senhor deveria ter vergonha na cara, ser mais homem, respeitar as famílias de Pedro Leopoldo. Lá, como em Juiz de Fora, existem homens de caráter. Digo isso porque o Deputado Sebastião Helvécio estava em situação de empate e foi publicada uma pesquisa. Em Contagem, aconteceu o mesmo. Esse fato serve para que todos nós, Deputados, façamos uma reflexão.

Será que o Diretor de Redação, Sr. Almerindo Camilo, transmitiu ao povo algo além da sua intenção? Será que alguém levou vantagem com isso? Para mim, esse diretor, dono do Sensus ou cientista político, não passa de um varredor de rua. Frisarei bem esse nome "Ricardo Guedes", porquanto o que ele fez não se faz com um cidadão. No entanto, essa atitude de nada adiantou, visto que tínhamos uma arma maior que a do atual Prefeito e a do jornal "O Tempo", a arma do pensamento em Deus, com quem chegamos à vitória. A justiça continua a prevalecer na cidade de Pedro Leopoldo. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, desculpem-me o desabafo, mas senti necessidade de fazê-lo.

O dia 2 de outubro foi marcado pelo jornal "O Tempo", no qual eu acreditava. O Sr. Almerindo Camilo, seu Diretor de Redação, que eu imaginava sério, não merece mais meu respeito. Existem bons repórteres no "O Tempo", como a Carla, que é direita e honesta.

Mande uma pesquisa para esse jornal, quando conversei com o Sr. Almerindo Camilo. A minha pesquisa, real, acusava uma diferença de 4,9 pontos, ou seja, empate técnico. Ganhei por 294 votos, empate técnico. Foi feita uma publicação com a manchete: "Ángelo Tadeu lidera em Pedro Leopoldo, com 19 pontos". Depois, com letras minúsculas, foi colocada minha pesquisa de empate técnico, 4,9 pontos.

Ontem me encontrei com a repórter Carla, pessoa que respeito e admiro bastante, do jornal "O Tempo", a quem falei sobre a covardia que esse Diretor de Redação fez comigo. Conversei com uma tal Maria, também repórter, dizendo que aquela pesquisa não refletia a verdade.

É possível a manipulação da pesquisa. Se o Deputado está bem em um determinado bairro, faz-se ali a pesquisa com mais de 50 pessoas. No local onde não estiver bem, ouvem-se apenas 3 pessoas.

Aconteceu também de a pesquisa não ter sido feita em todas as cidades, distritos e bairros. Não fizeram a distribuição geográfica da cidade. Mostrei esses erros e entrei na justiça contra a pesquisa e, mesmo estando "sub judice", a pesquisa foi publicada pelo jornal "O Tempo".

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Marcelo Gonçalves, inicialmente quero parabenizá-lo, porque, além de ter ganhado na democracia, venceu também as agressões e as tentativas desonestas de interferirem no pleito por meio dessa pesquisa que V. Exa., com muita justiça, combate, por ser tendenciosa e fraudulenta.

Tive oportunidade, indo até Pedro Leopoldo, de ver o carinho do povo daquela cidade por V. Exa., em virtude de sua história brilhante, de sua forma honesta e séria de ser, assim como de toda a sua família. Ao mesmo tempo, assisti ao desespero dos adversários, partindo para a agressão, para a violência, para a tentativa de transformar o pleito democrático numa guerra.

No entanto, V. Exa. teve serenidade. Deixou para desabafar após as eleições, e Deus o abençoou com a vitória, para o bem do povo de Pedro Leopoldo. Por isso quero congratular-me com V. Exa. e trazer meu testemunho. De fato, V. Exa. foi um guerreiro, porque, além de enfrentar as eleições apenas com as armas da democracia, também enfrentou, do outro lado, violência e tentativa de fraude a uma pesquisa. Infelizmente, conseguiram até usar um jornal de grande circulação para publicar uma pesquisa falsa.

Em Divinópolis, compraram uma pesquisa, o que é um alerta em relação ao processo democrático. É terrível saber que institutos de pesquisas têm a coragem, como no caso de Divinópolis, de acusar praticamente o dobro de votos numa determinada pesquisa para um candidato que foi derrotado com uma diferença de 25 mil votos para o nosso candidato eleito, o Demetrius. E a margem seria ainda maior, pois essa tentativa de enganar o povo parece ter prejudicado um pouco os resultados. Tenho a certeza de que, em Pedro Leopoldo, V. Exa. teria tido uma vitória muito mais expressiva, não fossem as maldades feitas.

Mas o importante é que Pedro Leopoldo ganhou. V. Exa. saiu vitorioso e fará ali, com certeza, um grande governo.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço as palavras do Deputado Domingos Sávio.

E houve mais, Srs. Deputados. O "Hoje em Dia" também publicou: "Tadeu deve reeleger-se em Pedro Leopoldo". Pesquisa de mais 19 pontos. Aconteceu mais uma panfletagem no sábado, dia 2.

A luta não foi fácil, mas temos uma força maior que é o pensamento em Deus. É com Ele que vamos governar Pedro Leopoldo, sem partido nenhum, e sim pela cidade, sem rancor nem mágoas. Mas fica aqui o meu protesto contra os jornais "O Tempo" e "Hoje em Dia". Espero que vocês, daqui para frente, pensem antes de fazer qualquer pesquisa e publicá-la.

Deputados, olhem esse Sensus. Que vantagem esse instituto teria levado? Agiu de má-fé e alguém levou vantagem? Vamos fazer uma reflexão para que possamos exercer o processo democrático e merecer o respeito de toda a população de nossa Minas Gerais.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputado Marcelo Gonçalves, quero cumprimentá-lo pela vitória. Chegamos até mesmo a fazer uma gravação referendando o nome do companheiro do PDT, meu partido, como candidato a Prefeito de Pedro Leopoldo. Essa pesquisa mostra claramente o perigo que a democracia correu e está correndo em todas as eleições.

Uma pesquisa de instituto de renome nacional certamente influencia muito o eleitor. O Congresso Nacional tem a obrigação de rever essa situação. Não é possível uma pessoa como V. Exa., que construiu uma proposta séria, de repente, às vésperas de uma eleição, ter todo esse trabalho jogado por terra, em virtude de uma pesquisa totalmente distorcida e distanciada da realidade.

O que aconteceu com V. Exa. aconteceu com vários candidatos de outras cidades, que também foram prejudicados. Candidatos que poderiam ganhar a eleição nos votos perderam por causa de uma pesquisa. A bem da verdade, ninguém gosta de perder eleição, mas, independentemente das pesquisas que foram apresentadas e do sofrimento de V. Exa., a cidade de Pedro Leopoldo ganha Prefeito destemido, que tem a sua passagem pela Casa pautada na ética, na moral e na coragem.

Na gravação que fiz para V. Exa., testemunhei o seu trabalho como Presidente de uma das comissões que marcou época no Legislativo mineiro, a CPI do Narcotráfico. Naquela época, muitas vezes, V. Exa. nem podia sair de casa tal eram as ameaças que sofria. V. Exa. cumpriu o seu papel. A população da cidade de Pedro Leopoldo ganha um Prefeito que tem compromisso com a ética, a moral e o desenvolvimento. Nós, da bancada, ficamos tristes com o seu afastamento da nossa bancada, mas a vida é assim mesmo. Hoje, a gente ocupa um cargo, mas amanhã podemos ocupar outro.

V. Exa. tem a grande missão a cumprir de ser um bom Prefeito da cidade de Pedro Leopoldo. Em meu nome, dos companheiros do PDT e dos Deputados Estaduais, o cumprimentamos pela vitória. Aceitamos e entendemos o desabafo que V. Exa. está fazendo. Desejamos que V. Exa. seja feliz nessa nova missão que o povo de Pedro Leopoldo lhe outorgou, para cumprir suas metas e prioridades. V. Exa. será um grande Prefeito de Pedro Leopoldo. Parabéns pela vitória.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço o aparte, nobre Deputado Carlos Pimenta. Agradeço ainda a todos os Deputados pelo apoio que me deram nessa caminhada e também aos demais partidos.

Falei do diretor da redação, mas espero que os donos do jornal "O Tempo" procurem saber realmente o que está acontecendo, vejam quem está comandando o jornal e por que esse diretor fez isso. Não estou acusando os donos. À repórter Maria e a esse diretor fica o nosso protesto. Ressalto, mais uma vez, que talvez o dono do jornal não esteja sabendo o que está acontecendo lá dentro, porque também exerce outra atividade. Mas, se ele está nos ouvindo agora, que cuide disso com mais carinho e que seus funcionários, como esse diretor, tenham mais responsabilidade no que fazem.

Está acontecendo uma coisa triste em Pedro Leopoldo. Há dois meses, desde que iniciamos a nossa campanha, o canal TV Assembléia foi cortado em nossa cidade. Até hoje ele está desligado.

Espero que agora, com o fim das eleições, a democracia volte a reinar em Pedro Leopoldo e o Prefeito reative o canal da TV Assembléia, convênio da Prefeitura com esta Assembléia, que há mais de 60 dias está fora do ar. Não falei nada sobre isso, não fui ao Ministério Público, porque sabia com quem estava lidando. Espero que, depois da derrota do atual Prefeito, ele possa dar oportunidade ao povo de Pedro Leopoldo de assistir ao que se passa nesta Assembléia e em Minas Gerais, ao trabalho de todos nós, neste Plenário e nas comissões.

O Deputado Pinduca Ferreira (em aparte)\* - Deputado Marcelo Gonçalves, V. Exa. está de parabéns pela vitória. Hoje passamos por uma crise, porque o eleitor não acredita mais em políticos. Mas o senhor foi eleito em Pedro Leopoldo.

Talvez o Vittorio Mediolini o apóie há mais de dez anos. Tenho a certeza de que ele não tem conhecimento do que aconteceu, porque o Vittorio é um homem sério, assim como o jornal "O Tempo". Pegarei essa fita e a levarei para ele, para punir o responsável. Pode deixar que correrei atrás. Estou do seu lado.

Em Betim também ocorreu um fato muito sério. A pesquisa apontava que tínhamos 58% dos votos, e a Deputada do PT divulgou uma pesquisa que demonstrava estar com 20% de vantagem em relação a nós, ou seja, que ganharia a eleição. Porém, as urnas falaram a verdade. Vencemos a eleição com 95 mil votos. A Deputada recebeu 59 mil. Portanto, ganhamos com 30 mil votos a mais. A eleição não foi fácil, mas vencemos, porque tínhamos um programa de governo melhor que o do PT. Tenho a certeza de que o Carlaile administrará Betim por mais quatro anos.

Não sei se tomarei posse como Vice-Prefeito. Ainda estou analisando se fico nesta Casa, mas tenham a certeza de que farei o que for melhor para o povo.

Na verdade, houve pressão por parte do PT. Mas o partido não possuía candidato a Vice-Prefeito competente e atuante, porque todos os petistas em Betim são "laranja murcha". Tiveram de buscar um Vice do nosso lado, o Pastor da Igreja Universal. O PRTB afirmou ao povo de Betim e à imprensa dos quatro cantos de Minas Gerais que o partido foi comprado por R\$370.000,00. Isso prejudicou três Vereadores em Betim. Um deles obteve 3.700 votos, mas não foi eleito. Por outro lado, os candidatos do PT foram eleitos com pouco mais de mil votos. O Vereador Vu não foi eleito porque o partido não atingiu o índice necessário. Os candidatos a Vereador se dividiram: metade para o Carlaile e metade para a Deputada Maria do Carmo. Com isso, ficou prejudicado o Marcão, o 4º colocado dos 16 Vereadores, não eleito, porque o partido não deu legenda. O Jorgino, do PRTB, também não foi eleito. Então, três Vereadores ficaram em desvantagem com essa compra.

A compra do PRTB prejudicou a própria Maria do Carmo. Antes de ser feita, a pesquisa demonstrava que a Deputada possuía 42% dos votos, enquanto Carlaile e Pinduca, 48%. Sabemos que era uma candidata forte, tinha realizado um bom trabalho em Betim. Mas, com essa compra, segundo a pesquisa, a candidata teve uma queda de 10 pontos. Também mandou invadir o jornal "O Tempo", quando foi preso um redator e

vasculhados os computadores. Mas nada foi encontrado, tanto no jornal municipal como no estadual. Desse modo, ela perdeu mais pontos.

Além disso, em Betim, foi comprovado que os Vereadores do PT mandaram invadir 500 casas. Com isso, ela caiu mais ainda, e Carlaile, que fez obras nos quatro cantos da cidade, e Pinduca, com seu trabalho social, ganharam as eleições. Foi a eleição mais fácil de Minas Gerais, porque eles jogaram sujo em três itens: compra de partido, de 500 casas e invasão do jornal "O Tempo". Obrigado, Deputado Marcelo Gonçalves. Desejo-lhe boa administração nos próximos quatro anos.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço o aparte do nobre Deputado Pinduca Ferreira. Como o dono do jornal é Vittorio Mediolli, espero que o jornal "O Tempo" proceda com mais dignidade daqui para frente. Não pelo comportamento do proprietário, mas por alguns Diretores e repórteres. O grande nome do jornal é a repórter Carla, que é honesta e merece meu respeito. Que o "Hoje em Dia" também tenha a mesma conduta nas próximas eleições, respeitando mais os eleitores e os candidatos.

Presidente, agradeço a paciência. Especialmente, agradeço às famílias de Pedro Leopoldo, o apoio recebido; a Deus, que nos deu força para vencer a eleição; e também aos Deputados que me apoiaram nesta caminhada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Neste momento, registro que as acusações não são verdadeiras. O processo foi arquivado, pois, de forma alguma, há compra de partido em Betim. Sobre a invasão do jornal "O Tempo", ganhamos dez direitos de resposta durante a campanha eleitoral. Assim, embora Maria do Carmo não tenha sido eleita, sentimo-nos vitoriosos pela maneira com que conduzimos a campanha: de cabeça erguida e consciência tranqüila. Em Betim, houve muita mentira e calúnia por parte do adversário, além do uso do poder econômico.

Após a eleição, candidatos adversários necessitaram de proteção policial, caso contrário suas casas seriam invadidas para cobrar o pagamento de boca de urna. Esses fatos são lamentáveis e inaceitáveis na democracia brasileira. Obrigada, nobre Deputado André Quintão.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte)\* - Obrigado pela oportunidade. Em Betim, nosso amigo Carlaile fez por onde, e a Maria do Carmo também fez por onde. Se o PT comprou o PRTB, usou de imoralidade.

O jornal "Hoje em Dia" publicou uma matéria em que o nobre Deputado Pinduca Ferreira teve sua casa invadida pelo fato de não ter pago a seus cabos eleitorais para fazerem boca de urna. Se quisermos falar de moral, deveremos colocar um pano em cima disso e esquecer o assunto, pois, se erraram lá, também erramos aqui. Portanto, fica difícil alguém cobrar quando está devendo. Obrigado.

O Deputado André Quintão - Falarei sobre a avaliação preliminar do processo eleitoral. Preliminar, porque ainda há disputa em 2º turno em várias cidades importantes, com mais de 200 mil eleitores. Portanto, uma avaliação mais completa somente será possível após o término do processo. Entretanto, os resultados do dia 3 de outubro apontam alguns rumos, alguns caminhos e algumas opções do povo mineiro.

Procederei a essa avaliação em 5 capítulos, até porque o tempo de 11 minutos é pouco para fazer uma avaliação geral. Farei uma avaliação global em outra oportunidade. O terceiro momento será a avaliação no Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas; e o quarto, as eleições de Minas Gerais.

O Deputado Pinduca Ferreira (em aparte)\* - Nosso amigo da Igreja Universal está equivocado, pois o Pastor... O PT comprou o PRTB porque queria o Pastor como Vice. Não faço boca de urna, não paguei boca de urna e ninguém invadiu minha casa...

O Deputado André Quintão\* - O 4º item refere-se às eleições de 2006, em Minas Gerais; e o 5º, ao Governo Lula e à conjuntura nacional.

Como integrante do PT, fico orgulhoso do desempenho do partido, que venceu as eleições de 3 de outubro. Foi o partido que mais cresceu, chegando a mais de 16 milhões de votos e ganhando em 6 capitais. O PT elegeu aproximadamente 400 Prefeitos, dos quais 86 em Minas Gerais.

Cumprimento a guerreira e batalhadora Deputada Maria José Haueisen, que teve uma espetacular vitória em Teófilo Ottoni. Parabéns ao povo de Teófilo Ottoni, a Deputada Maria José Haueisen, o Deputado Chico Simões, que teve uma belíssima vitória em Coronel Fabriciano, e o Prefeito Fernando Pimentel, cuja vitória não deixa dúvidas da força do projeto político, iniciado por Patrus e mantido por Célio de Castro à frente da Prefeitura.

O PT saiu vitorioso dessa eleição e ainda colherá novas vitórias no 2º turno. Se depender da aguerrida militância do PT, sairá vitoriosa a nossa querida Deputada Marília Campos, em Contagem.

Cumprimento nossos companheiros de partido, 86 Prefeitos e Prefeitas e 621 Vereadores e Vereadoras. Quero citar, em especial, o nome de alguns companheiros que foram vencedores em cidades cujo processo eleitoral acompanhamos: Aluísio, que obteve uma grande vitória em Formiga; Zé Prates, que promoveu uma virada magnífica em Salinas; Zé Nunes, o primeiro índio eleito Prefeito do PT, em São João das Missões; Onédio, de Bertópolis, cidade que está bem próxima à reserva dos índios maxacalis; Zé Antônio, de Araçuaí, que avermelhou de vez o vale do Jequitinhonha e que está prosseguindo com o trabalho da Prefeita Cacá; Dim Martins, que obteve uma grande vitória em Virgem da Lapa, onde o povo resolveu realmente mudar e não deixou margens de dúvida quanto a seu desejo de derrubar uma oligarquia de anos; Néelson, um agricultor, pessoa que organizou o PRONAF na região e venceu em Guapé; Charlão, de Itinga, que obteve uma vitória avassaladora sobre os demais concorrentes; Ronaldo Ducal, de Pains, que, na reta final, promoveu uma grande virada; e Sérgio Picorelli, eleito em Monte Formoso. Nas nossas cidades à beira da Estrada Real, Ouro Branco, Congonhas e Conselheiro Lafaiete, o Deputado Padre João teve uma participação efetiva.

Ficaremos aqui durante toda a tarde citando as cidades em que vencemos. Mesmo naquelas em que não vencemos, como é o caso de Betim, temos o maior orgulho de nossos candidatos, no caso a Deputada Federal Maria do Carmo Lara, que não precisa de uma vitória eleitoral para demonstrar toda a sua força e garra. O mesmo acontece com os nossos companheiros João Fassarella, de Valadares, Paulo Tadeu, de Poços de Caldas, e muitos outros. O PT é um partido estruturado que não vive apenas de vitórias. Sabe também compreender e valorizar a participação nas campanhas.

Independentemente do resultado de pessoas e partidos, essa foi uma eleição muito importante, em primeiro lugar por ter consolidado a democracia brasileira. Houve participação significativa da população. A apuração eletrônica forneceu rapidamente os resultados. Vigorou a Lei

nº 9.840, que busca coibir a compra de votos. Evidentemente esse é um processo. Nada acontece da noite para o dia. Precisamos aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização, mas ressalto que algo já vem acontecendo.

Parabenizo a justiça eleitoral, o Dr. Kelsen. Minas Gerais passou por um processo eleitoral, em sua maioria, limpo. As pessoas puderam manifestar sua preferência democraticamente. O Brasil precisa orgulhar-se disso, pois tem oferecido um exemplo de justiça e de lisura na apuração e nos pleitos, o que merece ser bem avaliado por todos os países do mundo.

Sr. Presidente, esta é uma eleição importante para a democracia brasileira. Na nossa cidade, Belo Horizonte, tivemos um projeto político legitimado. Pudemos receber um aval da população para as políticas públicas em curso, para o Orçamento Participativo, para as ações sociais e para a participação popular.

O Prefeito Fernando Pimentel é um candidato de muito valor, está muito bem acompanhado pelo Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcelos e é apoiado pelos partidos da coligação, que estarão juntos no segundo turno para construir projetos de mudança em várias cidades importantes do Estado, preparando, assim, o terreno para a construção de uma alternativa política para 2006. O resultado de 2004 é a ante-sala da vitória dos apoiadores do Governo Lula em Minas Gerais.

E o Governo Lula saiu fortalecido dessas eleições. Quem desejou nacionalizá-las perdeu, porque o Presidente Lula está crescendo, e o povo, que mudou o Brasil, está mudando os municípios também. Isso é muito importante. Deputado Gustavo Valadares, percebi essa mudança em várias cidades. O povo dizia que, já que mudaram o Brasil e que um trabalhador ganhou a Presidência, por que não derrotar as oligarquias locais? A esperança venceu o medo em vários municípios de Minas Gerais. Que bonito ver aquelas bandeiras vermelhas do PT e as dos partidos aliados tremulando por toda a Minas Gerais, derrubando coronéis, construindo a esperança e abrindo as portas para que as políticas públicas sociais do Governo Lula sejam bem implementadas! Há 86 municípios sendo governados pelo PT, além de outros, como Padre Paraíso, onde o Vice é do nosso partido. Podemos realizar as mudanças necessárias junto a outros partidos, pois o PT não é dono da verdade. Temos realizado alianças, pois há muitas pessoas boas fora do PT. Outros partidos também construirão essa mudança, e, experimentando governar com o PT, saberão que, no Governo de Minas, poderão também construir um caminho diferente.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado André Quintão, parabenizo V. Exa. e o seu partido pelas vitórias nos diversos municípios de Minas Gerais.

Deixarei as questões políticas de lado, já que temos visões e opiniões diversas. Deixo um alerta à justiça eleitoral do Estado e do Brasil. É preciso que, nas próximas eleições, prepare melhor os seus Juizes eleitorais em todos os municípios. E o Ministério Público deve preparar melhor os seus Promotores, porque ocorreram muitos problemas em nossos municípios devido à falta de conhecimento e de consciência dos Juizes e dos Promotores diante da legislação eleitoral. Não os culpo, Deputado André Quintão, porque sou bacharel em Direito, formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e, em um dos dez períodos de estudo, pude aprender e discorrer sobre a legislação eleitoral em nosso País.

Deputado André Quintão, fica aqui um alerta. Se desejamos continuar fortalecendo a democracia do Estado e do País, temos de continuar fazendo com que o cidadão exerça, com maior plenitude, aquilo que é direito adquirido e peça fundamental para a conquista de um país e um Estado diferente: o voto. Precisamos fazer com que os nossos Juizes e os Promotores eleitorais tenham maior conhecimento da nossa legislação eleitoral, para que não se repitam os abusos verificados nessas últimas eleições em diversos municípios.

Eu poderia ficar aqui falando, por dias e noites, sobre as histórias pontuais ocorridas em vários municípios em que participei da corrida eleitoral e da sucessão municipal, para discorrer sobre o desconhecimento e até mesmo sobre a má-fé de alguns Juizes para com alguns candidatos.

Então, fica um alerta à justiça eleitoral do País, principalmente de Minas Gerais, para que atue imparcialmente nas próximas eleições, buscando o seu aprimoramento, para que, acima de tudo, forneça conhecimento da legislação eleitoral aos seus Juizes de Primeira Instância, a fim de que abusos e injustiças não sejam mais cometidos.

Muito obrigado, pelo aparte. Peço desculpas por ter-me excedido no tempo de V. Exa. A questão política fica de lado, depois precederei a essa avaliação. Deixo aqui o desabafo de um Deputado que percorreu vários municípios deste Estado, observando a mesma legislação ser interpretada de forma bastante diferente. Obrigado.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares.

Sr. Presidente, aqueles candidatos não vitoriosos, especialmente os do nosso partido, também merecem o reconhecimento, pois realizaram um belíssimo trabalho e ajudaram a construir o partido. O PT se firmou assim. No início, eram pouquíssimos Prefeitos e Vereadores do nosso partido, que construímos com propostas, com esclarecimentos e lutas dos movimentos sociais.

Dirijo-me àqueles candidatos e candidatas que, por ventura, não tiveram ainda o reconhecimento nas urnas, mas cumpriram bem o seu papel e fortaleceram o nosso partido. Com certeza, é o trabalho de vocês que dará sustentação ao Governo Lula, às nossas bancadas, e também aos Prefeitos e Vereadores eleitos. Venceu a democracia.

O povo está mudando, o povo quer mudança, e felizmente a mudança está chegando em Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público das galerias, TV Assembléia, funcionários da Casa; em primeiro lugar, parabenizo os meus colegas Deputados Bonifácio Mourão, Chico Simões, Marcelo Gonçalves, Pinduca Ferreira, Sebastião Navarro e Sidinho do Ferrotaco, como também a Deputada Maria José Hauensen, pela vitoriosa conquista nas últimas eleições municipais. Que os seus mandatos como Prefeitos Municipais e Vice-Prefeito de relevantes cidades mineiras possam contribuir para o desenvolvimento do nosso querido Estado de Minas Gerais. Voto este extensivo aos demais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos. Desejo-lhes sucesso em todas as funções que irão desempenhar.

Quero também dar boas-vindas ao Deputado Marlos Rodrigues, que tomou posse na data de ontem, desejando-lhe muito sucesso e êxito. Tenho a certeza de que esta Casa cresce muito com a sua chegada. Da mesma forma, ao Deputado Márcio Kangussu, pela sua efetivação na vaga deixada pelo Deputado Wanderley Ávila, já empossado como Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas, a quem também desejo muito êxito nesse cargo.

Senhoras e senhores, destaco ainda o relevante papel desempenhado pelos mineiros nas últimas eleições, onde a democracia, o pilar mais forte de uma nação, venceu todos os preconceitos. As nossas urnas eletrônicas continuam sendo exemplo para o mundo. Os Tribunais Eleitorais no

Brasil merecem elogios pelas apurações precisas e rápidas. E o nosso povo, o cidadão, enche-nos de orgulho de sermos brasileiros.

O Programa de Capacitação em Orçamento Público, promovido pela Escola do Legislativo desta Assembléia de Minas no mês de setembro de 2004, superou todas as expectativas. Estou tocando no assunto, porque um dos participantes, funcionário do meu gabinete, disse-me que o programa enfocou assuntos pertinentes ao orçamento de uma maneira clara e objetiva, detalhando questões complexas, que, exemplificadas por profissionais capazes e preparados, contribuirão para melhorar a atuação de diversos segmentos quanto ao acompanhamento da execução orçamentária em Minas Gerais. Parabêniso a Escola do Legislativo, escola-modelo para todo o Legislativo brasileiro, e a Assembléia de Minas, pelo exemplo na excelente escolha do tema.

Faço ainda um alerta sobre o grande número de queimadas ocorridas em várias regiões do nosso Estado, principalmente na minha região de Curvelo, onde cerca de cinco engenheiros do IEF estão escalados para atender a quase 30 municípios.

O problema existe e está piorando cada vez mais. Constantemente passo pelas estradas da região e vejo muitos e imensos focos criminosos de queimadas. Os fazendeiros, os proprietários e produtores rurais, os que trabalham no campo devem ter mais responsabilidade e um pouquinho mais de paciência antes de realizarem essas queimadas. Procurar o IEF por meio do Projeto Queimada Controlada, é a única solução que creio ser possível. Ninguém deve fazer queimada sem autorização. É crime. Muitos animais são mortos quando não se tem controle dessas queimadas: ninhos de passarinho, animais terrestres, roedores e tantos outros. É desumano o que acontece com os pequenos animais que ficam presos em um círculo de queimada.

São 853 municípios em Minas Gerais e, infelizmente, o Governo de Minas não pode estar presente em todos; então, é aí que entra a consciência, a participação responsável dos proprietários de terras na zona rural.

Um outro assunto relevante é a reportagem que saiu hoje, 6 de outubro, no jornal "Estado de Minas", sobre as multas aplicadas de madrugada pela BHTRANS. Segundo a matéria, mesmo de folga, os fiscais da BHTRANS continuam autorizados a aplicar punição aos infratores. Muitos motoristas estão reclamando que, ao trafegarem depois da meia-noite, horário que se tornou muito perigoso em Belo Horizonte nos últimos anos, são obrigados a adotar medidas para escapar da violência do seqüestro-relâmpago, além dos assaltos, e algumas vezes avançam o sinal fechado durante a madrugada.

O Ministério Público, como já falamos desta tribuna, impetrou uma ação civil pública para suspender a atividade de policiamento, fiscalização ou autuação de infrações da BHTRANS. O Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública municipal julgou improcedente a ação. No entanto, os Promotores de Defesa do Patrimônio Público discordaram da sentença e entraram com recurso, que se encontra neste momento em trâmite no Tribunal de Justiça. Ao jornal "Estado de Minas", o Promotor Leonardo Barbabela afirmou: "É um absurdo essa atividade agressiva para arrecadar dinheiro. Está muito claro que o principal objetivo é o lucro". Ele também acrescentou que ser multado ao avançar o sinal de madrugada, ter o carro rebocado também de madrugada e recolhido aos já lotados e desprotegidos pátios "só reforça a tese de que a BHTRANS não pode exercer esse tipo de atividade". "Para eliminar a ilegalidade, é preciso transformar a BHTRANS em uma autarquia", diz o Promotor. Atividades como engenharia de tráfego, sinalização e pesquisas ficam em segundo plano quando o assunto é fiscalização das infrações no trânsito pela BHTRANS.

Quero ressaltar, mais uma vez - longe de mim ser algoz da BHTRANS -, que espero que, após ter sido reeleito, o Prefeito Fernando Pimentel não se esqueça de averiguar minuciosamente o que está acontecendo na BHTRANS, ou que então responda a meus diversos questionamentos a respeito do assunto. A BHTRANS está agindo unicamente em prol do aumento de sua receita, só multando, com abusos, exageros. O serviço deve ser educativo e não somente punitivo, como tem sido. Quando falo de excessos, falo de abusos. A BHTRANS vem exercendo abusivamente o seu papel, e isso tem que parar.

Recentemente, o Prefeito Fernando Pimentel disse que analisará com carinho essa a cobrança abusiva da BHTRANS. Esperamos que realmente o faça, porque a última coisa que se pode fazer com um veículo, principalmente de trabalho, é rebocá-lo, de acordo com o Código de Trânsito. Não é permitido rebocar o veículo caso o motorista, proprietário do veículo, chegue e esteja documentado; e, mesmo que não esteja capacitado para dirigi-lo, poderá arranjar alguém que o dirija. Muitas vezes a BHTRANS se comporta de maneira deseducada, totalmente voltada à punição. Ao encontrar alguma infração, tudo acaba; não há perdão, entendimento ou diálogo. Multa o motorista e reboca o veículo para um local onde nem sempre é bem protegido.

A responsabilidade pelos danos e estragos causados ao veículo é do órgão público. A BHTRANS é uma empresa privada, portanto não pode exercer uma função pública. Para que ela possa agir, é preciso que haja um convênio autorizado pela Câmara. Há um projeto do Vereador Carlão - falaremos sobre ele na próxima semana -, que está em tramitação há quase dez anos, e nada se resolve para regularizar as funções da BHTRANS.

Deixo a minha reclamação. Não queremos ser algozes da BHTRANS, mas corrigir o que está errado. Temos de denunciar o que é ilegal. A direção da empresa sabe disso. Quando se corrigirem os problemas, não reclamaremos mais. Enquanto não responderem aos nossos questionamentos, denunciaremos os abusos, os excessos e as punições exageradas e desnecessárias da BHTRANS. Primordialmente, a função da empresa deveria ser educativa, o que, infelizmente, não acontece.

Esperamos que seus funcionários sejam mais educados e mais bem orientados. Até para cobrar, é necessário haver educação. Está faltando educação à maioria dos algozes funcionários da BHTRANS. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Com a palavra, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, povo mineiro, passada a ressaca política, vimos alguns Deputados abordarem temas ligados às eleições ocorridas no domingo passado. Esta Casa tem a obrigação de retomar algumas discussões e debates, fundamentais para todos.

Faço este pronunciamento, com base na oportunidade e na responsabilidade que temos, para começar a trabalhar o Orçamento do Estado, que tramitará nesta Casa. Acredito que os Deputados devem aproveitar, ao máximo, esta oportunidade e trazer à tona alguns temas importantes para o povo mineiro. Citarei quatro que considero prioritários e que nortearão as minhas ações como parlamentar. Procurarei exaurir as discussões para que, no final do ano, possamos ter um saldo positivo e apresentemos um orçamento mais representativo, com equidade, justiça e, principalmente, respeitando-se os problemas do Estado.

O primeiro tema, importante e prioritário, refere-se à saúde pública à luz do orçamento do nosso Estado. Sabemos que Minas Gerais tem à frente da Secretaria de Saúde o Sr. Marcus Pestana, homem extremamente preparado e sensível, que entende perfeitamente os problemas das nossas regiões. Saliento que talvez o nosso principal desafio seja a valorização do Programa Saúde da Família - PSF - no nosso Estado.

Como participo da Comissão de Saúde há muitos anos, entendo que o PSF merece um destaque especial. Para tanto, na LDO, deixamos

vislumbrados os caminhos que seguiremos para que não faltem recursos nem participação do Estado na discussão do PSF. Há cidades capazes de montar mais equipes para o Saúde da Família. Na saúde pública, sem dúvida nenhuma, essa talvez seja uma das poucas oportunidades de gerar empregos e de contratar agente de saúde, médico, psicólogo e dentista. Devemos discutir esse desafio.

O programa Pró-Estradas, do Governador Aécio Neves, é outro tema que precisa de discussão mais profunda. O Governo anunciou que, até o final de 2006, nenhum município ficará sem via de acesso asfaltada. Nesse programa, os recursos suficientes devem constar no orçamento, que analisaremos no ano que vem. Do contrário, haverá um belo programa, uma expectativa e um grande chamamento, mas faltarão recursos, como neste ano. Essa deve ser uma prioridade do Governador. Somente na região do Norte de Minas, há 50 municípios sem via de acesso asfaltada. Municípios como São João do Paraíso, com mais de 30 mil habitantes, Rio Pardo de Minas e tantos outros importantes merecem tratamento especial desta Casa e do Governo do Estado.

Segurança pública é o terceiro tema que merece nossa atenção, talvez uma das maiores prioridades do povo mineiro. Verificamos o avanço do programa do Governo. Porém há alguns entraves e obstáculos que merecem a nossa reflexão, como a construção das penitenciárias, que se iniciou há dois anos, e dos centros de atendimento aos menores. Precisamos dar tratamento especial aos menores infratores, que não podem conviver com marginais e que hoje apavoram a população mineira. A segurança pública é uma grande responsabilidade nossa - principalmente o atendimento a esses menores -, como também uma discussão para haver melhor capacitação dos policiais militares e a valorização da Polícia Civil de Minas Gerais. Como todos, tenho certeza de que a Polícia Civil precisa de tratamento especial, de plano específico e de carreira e de acesso a níveis superiores estabelecidos em lei. Do contrário, as Polícias Cíveis e Militares ficarão desmotivadas e sem perspectivas de crescer, de evoluir e, portanto, sem melhores condições de vida.

Outro tema que desejo abordar e que precisa de tratamento especial é a ajuda dos Governos Estadual e Federal no combate à seca das regiões do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha.

Hoje, recebi em meu gabinete as visitas ilustres de Prefeitos que trouxeram suas reivindicações e prioridades em relação às ações do Governo Federal, no combate à seca, que há três meses castiga o povo norte-mineiro. Há 90 dias, não cai uma gota de chuva no Norte de Minas. As chuvas abundantes que caíram no final de 2003 e no início de 2004 trouxeram alento, mas a esperança se esvai com a seca causticante. Há 90 dias não cai uma gota de chuva, há 90 dias, estamos observando, dia a dia, os rios e córregos secarem, enquanto populações inteiras passam por necessidade de abastecimento. Municípios da região Norte do Estado não têm mais o que beber. A única ação partiu do Governador Aécio Neves, que autorizou a contratação de caminhões-pipa. Alguém poderia pensar que se trata de uma medida inócua, mas não é. A COPASA autorizou a contratação de 80 caminhões-pipa que estão tirando o resto da água dos açudes e rios e levando-o para abastecimento humano. Não fosse essa ação do Governo Aécio Neves em conjunto com a COPASA, a situação já seria dramática. Dos 80 municípios, 60 já decretaram estado de emergência e de calamidade pública.

O Governo Federal, apesar de ter recebido um relatório da Coordenadoria de Defesa Civil e os decretos de emergência e de calamidade pública dos municípios, ainda não moveu uma palha sequer e não executou nenhuma ação para amenizar os efeitos da seca na região. A única exceção é a CODEVASF, pois, graças à sensibilidade de seu Superintendente Anderson Chaves, que foi a Brasília, por conta própria, tentar mobilizar os parlamentares, parece que finalmente a companhia receberá recursos para a compra de tubos e bombas e, assim, equipar os poços artesianos.

Na próxima semana, uma comissão especial desta Casa se reunirá com o Presidente da CODEVASF para tratar de assuntos da fruticultura e dos programas de pólos de irrigação, como Jaíba, Pirapora e Gorutuba. Será uma grande oportunidade para sensibilizá-lo, a fim de que apresse as medidas de combate à seca no Norte de Minas. Sem água não há vida. O Norte de Minas está passando por imensas dificuldades. Chamo atenção para essa grande oportunidade. É duro e triste receber um Prefeito e lideranças no gabinete e ouvir a mesma reivindicação: que nos demos as mãos e socorramos a população do Jequitinhonha com ações de combate à seca. Espero que haja integração. Apesar de o Governo do Estado prestar socorro nos momentos emergenciais por meio de órgãos como a COPASA, o IGAM e as Secretarias de Agricultura e de Desenvolvimento da Região Norte mineira, não há integração dessas ações.

Fazem-se ações isoladas nos municípios. A pressão do Deputado Estadual junto a esses órgãos pode gerar algum fruto. Não há plano de Governo nem integração. O Governo somente se preocupa quando a seca já atingiu o clímax, ou seja, quando se passam 90 dias sem cair uma gota de chuva e a população já está morrendo de sede. Nesse caso, o Governo desperta, mas não oferece tratamento continuado.

Agora, temos a grande oportunidade de tratar desse problema. Temos de reunir a COPASA e o representante do Governo do Estado; é preciso formarmos uma comissão para ir ao Governador pedir socorro. Todavia, é necessário que essa ajuda se transforme em uma ação continuada, isto é, continue a existir mesmo nos períodos chuvosos. Caso contrário, continuaremos com a mesma ladainha, com os mesmos discursos. Se verificarmos um discurso feito por mim há cinco anos, veremos que as reivindicações, as prioridades são as mesmas. Durante a discussão, a apreciação do orçamento, o parlamentar tem uma chance única de cuidar desse assunto. Por isso, chamo a atenção dos senhores.

Como já disse, na próxima semana, teremos um encontro com o Governo Federal com o objetivo de sensibilizá-lo. Em várias ocasiões, o próprio Presidente disse ser um imigrante do Nordeste. Afirmou ter passado fome e sede, ter sentido na pele as dificuldades dos nordestinos. Ninguém melhor que o Presidente para entender esse clamor. Agora, já que é o Presidente e está com a caneta e o poder na mão, não pode deixar de promover ações na nossa região.

Tenho andado pelo Norte de Minas, o Deputado Arlen Santiago é testemunha. É triste para um parlamentar ou para qualquer outra autoridade chegar a um município e ver as mulheres carregando água na cabeça, à distância de até 2km, e as carroças carregando tambores. Isso, infelizmente, está acontecendo. Essa é a principal reivindicação, é prioridade.

Neste momento, parablenizo a COPASA, em virtude do socorro que tem dado às pessoas. Eu, o Deputado Arlen Santiago e outros parlamentares fazemos grande pressão sobre essa empresa, visto que estamos ao lado do mineiro no dia-a-dia. Quero transformar minha ansiedade e tristeza em forte reivindicação. Por isso, peço ajuda aos parlamentares de outras regiões, a fim de que, durante a discussão do orçamento, possamos reservar uma parte dos recursos para a nossa região.

Quando chegamos a uma comunidade rural, a liderança, Vereador ou Prefeito, diz: "Deputado, existe aqui um poço artesiano, que foi perfurado há três anos. Na época, teve uma vazão de 30 mil litros, mas está tampado por falta de condições, de equipamentos.". Diante disso, que explicação podemos dar a essas pessoas? Temos de ter uma explicação lógica, contar com ações do Governo do Estado. Quero que o momento da discussão do orçamento mantenha-se acima de qualquer pretensão político-partidária. Assim, poderemos sensibilizar o Governo. Se conseguirmos recursos suficientes por meio da Secretária Extraordinária de Desenvolvimento do Norte de Minas e do Jequitinhonha para equipar os poços artesianos, estaremos cumprindo o nosso dever. No entanto, fazemos o movimento, elaboramos emendas, mas não conseguimos aprová-las nas comissões, em razão da falta de empenho de alguns companheiros. Dessa forma, torna-se difícil trabalhar.

Vamos transformar o momento de discussão do orçamento em uma importante e real ocasião, a fim de equiparmos os poços artesianos, bem como perfurar outros, integrar as ações do Governo do Estado e construir as barragens tão necessárias.

Cito, por exemplo, o rio Verde Grande, um dos principais do Norte de Minas. Foram construídas, há dois anos, cerca de 30 barragens, e o rio Verde Grande só não secou até hoje graças a elas. O exemplo vitorioso está aí. No entanto, os técnicos nos dizem que barragens não podem



ser construídas, por representarem agressões ao meio ambiente, pois levará a um desequilíbrio na flora e na fauna. No entanto, sabemos que o desequilíbrio maior está no Norte de Minas. Quero ver o rio com as barragens, mesmo contrariando todas as opiniões técnicas dos profissionais que ficam nos gabinetes, que não comem poeira naquela região, que não ouvem as lamúrias do norte-mineiro, que não vêem as pessoas carregando água na cabeça. Essas técnicas baseiam-se nas teorias, mas a prática está lá para todos verem.

O principal exemplo que temos é o rio Verde Grande, em que algumas barragens construídas perenizaram o rio. Temos de ter o pé no chão. Chega dessas opiniões técnicas de pessoas que não conhecem a realidade, que muitas vezes dão seus pareceres contrários às construções das pequenas barragens por não conhecerem a realidade de nossa região.

Faço esse desabafo. Transformaremos esta tribuna numa trincheira em favor de ações para o combate à seca de nossa região. Nosso trabalho e o dos companheiros Deputados do Norte e de outras regiões serão transformados em ações capazes de socorrer a região norte-mineira.

Qualquer um que ficar 90 dias sem ver a chuva, que vem amenizar os problemas, ficará sensibilizado. Queremos a sensibilidade do Governo do Estado. Peço apoio aos companheiros porque, do contrário, repetiremos esse discurso ano após ano e não teremos as ações do Governador do Estado, que já demonstrou ter programa voltado para a nossa região. Ele está fazendo sua parte, resta à Assembléia Legislativa fazer a sua. Somos um Poder independente, que respeita o Executivo. Temos, em nossas mãos, a grande oportunidade de trazer recursos para o combate à seca no Norte de Minas e Jequitinhonha. Se não transformarmos essa oportunidade em algo palpável, real, para que as secretarias tenham recursos para implementarem ações, estaremos sendo, mais uma vez, omissos, permitindo que o norte-mineiro passe pelas dificuldades de sempre. Estaremos assistindo passivamente, de longe, ao sol matar a nossa região e, principalmente, as esperanças do povo do Norte de Minas.

Sr. Presidente, elegeremos quatro temas importantes neste orçamento. Um deles é a saúde pública, com a valorização de programas de urgência e emergência, principalmente o PSF. Também apoiaremos o Governo no seu programa Pró-Estrada, para que nossas vias possam ser asfaltadas, assim como apoiaremos as ações no setor de segurança pública e as de combate à seca, a prioridade nº 1 para o Norte de Minas e vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Sr. Presidente, em exercício, Deputado Rêmoló Aloise, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, antes de usar a palavra pelo art. 164, gostaria de ser solidária ao nobre colega Deputado Carlos Pimenta, para dizer que é de fundamental importância o orçamento. Queremos também somar esforços e acrescentar que a educação também é uma área fundamental.

Com relação à seca no Norte de Minas, dispomos de informações de membros da FUNASA, que já fizeram um levantamento sobre a situação, representando o Governo Federal, onde temos também o João Bosco Senra, um mineiro que certamente deverá ser acionado para que possa haver uma integração maior. Os mineiros do Norte de Minas deverão ser contemplados com a água, que é essencial a suas vidas. Somos solidários ao nosso colega Deputado.

Registramos que domingo passado foi de fato um dia extremamente importante para a democracia. Apesar de todos os problemas havidos em várias cidades - e vamos mencionar especificamente Betim -, não podemos desmerecer a democracia, o sistema de governo que, até hoje, melhor permite a participação popular e por meio do qual o povo pode realmente definir os rumos da nossa sociedade.

Abordaremos três pontos importantes para a nossa reflexão sobre a democracia. Primeiro, o papel da imprensa, que quando séria e ética dá uma grande contribuição às eleições. Mas alguns de seus órgãos se deixaram levar pelo poder econômico e realmente prejudicaram as decisões em alguns municípios. Segundo, com relação à educação, não queremos apenas universalizar o atendimento à educação de crianças e jovens, mas que ela possa criar espírito crítico e consciência ética para que o povo brasileiro não mais venda o seu voto. Ficamos extremamente tristes ao saber que em muitos municípios a decisão da eleição de Prefeitos e de Vereadores se deu por compra de votos, em pleno século XXI. Terceiro, posso testemunhar que a justiça federal, em sua grande maioria, foi isenta e fez o que pôde lutando contra o poder econômico.

Como foi registrado pelo nobre Deputado André Quintão, houve um grande avanço do nosso PT, mas também de muitos dos partidos coligados. Além de Belo Horizonte, já conseguimos cinco Capitais do País. Gostaria de mencionar algumas cidades, onde elegemos um perfil de administrador bastante popular, como em Itaúna, com o Eugênio, em Rio Manso, com o Padre Divino, em Itatiaiuçu, com o Wagner, em Boa Esperança, com o Sr. Jair, uma liderança popular, e o Dr. Júlio, em Conselheiro Lafaiete. Reelegemos o Dimas em Alterosa e a Janete em São Bento. Todas essas pessoas são comprometidas com o projeto democrático popular.

Cumprimentamos, mais uma vez, a colega Maria José Haueisen, que com a experiência aqui na Casa, dará uma grande contribuição a Teófilo Ottoni, o companheiro Chico Simões e também o Deputado Sidinho do Ferrotaco, que, em coligação com o PT, vai administrar São João del-Rei. Além dos outros colegas Deputados que foram eleitos Prefeitos.

Com relação a Betim, lamentamos que o colega Deputado, eleito Vice-Prefeito, insista em dizer mentiras na Casa. Com relação à compra do PRTB, é uma falsidade, uma mentira, conforme comprovado na justiça eleitoral. O processo foi arquivado. Não podemos admitir isso. Usaram esse subterfúgio para ganhar as eleições. Isso nos entristece muito, porque não são essas as armas que queremos sejam usadas nas eleições democráticas no Brasil.

Além disso, foi mencionada pelo nobre colega Deputado Gilberto Abramo, na imprensa, a informação de que o Deputado eleito Vice-Prefeito foi à sua casa e ao seu comitê. Uma multidão cobrou a boca de urna. A polícia e o Exército tiveram de dar-lhe proteção. Não estou inventando isso. Existem provas testemunhais e gravações que o comprovam. Não inicie o assunto, mas, como foi dito, não poderia de forma alguma deixar de registrar nesta Casa, com indignação, as ações ocorridas em nosso município.

A Maria do Carmo obteve 67.960 votos. Consideramo-nos vitoriosos, não em termos eleitorais, mas em relação ao respaldo popular. Todos os votos foram conscientes e reforçaram a liderança não apenas dela, mas do PT em nosso município.

Mais uma vez, cumprimento os eleitos por decisão livre e soberana da população brasileira. Tivemos mulheres candidatas em vários municípios, como em Sarzedo e em Itaguara, onde houve uma chapa com candidatas a Prefeito e a Vice-Prefeito. Brevemente, haverá um relatório nesta Casa apresentando o avanço da participação feminina nas administrações em nosso Estado.

Agradeço ao Presidente em exercício a oportunidade de estar cumprindo o Regimento, dando-nos o direito de resposta pelo art. 164. Quero ainda conchamar esta Casa para, nos próximos dois anos de mandato, unirmos esforços e realizarmos um trabalho para que possamos avançar mais ainda em relação à democracia em nosso Estado e para que o povo tenha liberdade de expressão. Não tivemos isso em nosso município. Houve muita pressão do poder econômico, o que fez com que muitos jovens e moradores de Betim se sentissem intimidados e não expressassem com liberdade o seu pensamento. Queremos repudiar essas atitudes arbitrárias e o uso do poder econômico nessas eleições. Esperamos que no segundo turno, em Contagem e em outros municípios, tenhamos liberdade de expressão, e o povo tenha direito soberano de escolha, por meio do voto. Reafirmo: a democracia ainda é o modelo que mais avança em nosso País e em todo o mundo, permitindo ao povo dar a sua contribuição.

O nosso candidato a Vice em Betim, o Pastor Edvan, evangélico, pessoa séria, muito contribuiu durante a discussão do projeto. Não podemos aceitar que a sua imagem seja maculada nesta Casa com mentiras. Muito obrigada.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, a comunidade universitária do nosso Estado apresentou reivindicações sobre esse projeto encaminhado à sanção, com o conseqüente veto do Governador. Respeito o parecer curto e grosso do Deputado Miguel Martini, mas, diante de matéria de tamanha importância, o problema merecia maior discussão.

A comunidade universitária reclama do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais a falta de espaço para maiores discussões sobre essa matéria, não apenas para discutir o mérito do projeto proposto, mas também para estender a discussão a outros temas que estão surgindo no Congresso Nacional e aqui na Casa, sem a participação efetiva da classe universitária de Minas Gerais.

Não há tempo para uma discussão mais aprofundada. O projeto tramitou sem a possibilidade dessa ampla discussão. Além do mais, o parecer do relator pela manutenção do veto tirou-nos a grande oportunidade de discutir, como fizemos por ocasião da propositura do financiamento dos cursos universitários do nosso Estado por parte da UEMG e da UNIMONTES. Fizemos uma ampla discussão do projeto, que foi votado e aprovado pela Casa, mas que não resultou em nada. Estamos analisando matéria de grande interesse, principalmente o das universidades públicas do nosso Estado, mas, infelizmente, não se chegou a resultado algum. Assim como no caso do projeto proposto pelo Deputado Paulo Piau, em que fizemos um "lobby" muito grande, enchemos as galerias, mas ficou por isso mesmo.

Dessa forma, registro a decepção da classe universitária de Minas Gerais, principalmente a da UNIMONTES, com a qual tenho mais contato. Perdemos a oportunidade de uma discussão maior e mais aprofundada, o que resultou no parecer do Deputado Miguel Martini pela manutenção do veto. Essas questões devem ser mais ampla e democraticamente discutidas por estarem na pauta atual. Reportamos ao nosso parlamento uma discussão que se trava em Brasília: a reserva de vagas para negros, para índios e para a população carente. No entanto, estamos na contramão da história.

Enquanto lá em Brasília a discussão é mais aprofundada e com mais participação, aqui em Minas Gerais, infelizmente, estamos perdendo este grande momento de passar a limpo, repensar, discutir democraticamente, ouvir os segmentos interessados, como os corpos docentes e discentes das nossas universidades.

Recentemente, a UNIMONTES saiu de uma greve em que os professores concursados reivindicavam melhores salários, pois eles, que enfrentaram concurso, recebem muito menos que professores que têm contrato administrativo.

O tempo está passando, as discussões estão acontecendo em outros Estados, até mesmo no Congresso Nacional, e Minas Gerais, até mesmo de uma maneira muito simplista, não está proporcionando espaço para que os interessados, entre os quais os professores, a sociedade e os universitários, possam ter uma participação maior e municiarem esta Casa de informações e reivindicações que nos levem a aperfeiçoar esse projeto. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Quero apenas dizer que concordo com o Deputado Carlos Pimenta, segundo o qual esse projeto hoje passa por uma discussão nacional. Está sendo discutido nas universidades federais e estaduais. Portanto, concordo com ele quando diz que Minas Gerais, que sempre discutiu os grandes temas deste País, não está dando a importância devida a ele.

Esse é um projeto que tramita nesta Casa há quase quatro anos. Minas saiu à frente no processo de discussão, mas, infelizmente, atrasou no processo de definição. É fato que definiu. Está aí estabelecido o processo das cotas nas duas universidades estaduais.

Concordo também com o Deputado Carlos Pimenta quando diz que o relatório veio a Plenário, o que é regimental, e, portanto, a Comissão Especial perdeu uma oportunidade de discutir os vetos do Sr. Governador.

Não sei o porquê desse assunto não ganhar a discussão que já ganhou nos outros Estados e no Brasil como um todo. É importante as pessoas saberem que esse processo tem origem nas cotas para as comunidades negras nas universidades. A UEMG e a UNIMONTES anteciparam, inclusive, essa questão. Após a aprovação aqui na Assembléia Legislativa, já estão estabelecendo os critérios tanto para os afrodescendentes como para os portadores de necessidades especiais e índios, desde que capeados pela carência. Isso significa que uma pessoa pode ser da raça negra, mas, se não for carente realmente, não estará coberta pelo processo de cotas.

Trata-se de um processo complexo, polêmico, questionado, inclusive, dentro das próprias classes beneficiadas, mas diria que o Brasil é um país injusto, muito díspare; há poucas pessoas privilegiadas e muitas sem oportunidades. Se os Estados Unidos, que são muito mais desenvolvidos cultural, educacional e economicamente, instituíram o sistema de cotas, por que o Brasil não o instituiria para dar chances e oportunidades às pessoas que nunca tiveram, sobretudo os carentes, os afrodescendentes, que são os mais carentes, e, evidentemente, os portadores de necessidades especiais e até mesmo os índios.

De qualquer maneira, o projeto está aí. A Assembléia Legislativa está em conversação com o Poder Executivo. Esperamos chegar a bom termo na hora da votação desse projeto, e vamos chegar, para que Minas Gerais não perca esse trem da história, que é buscar um equilíbrio maior entre as pessoas que tiveram oportunidade e as que não tiveram e, quem sabe, não a terão durante a vida, sobretudo com relação ao processo educacional. Era isso, Sr. Presidente.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicitei a palavra apenas para responder ao Deputado Carlos Pimenta. Quero dizer que o fato de não ter sido feita a leitura completa do relatório não diminui a possibilidade da discussão do projeto.

Em segundo lugar, quero dizer que li o que já fora acordado com o Deputado Paulo Piau nas negociações quanto ao que deve ser derrubado. Serão rejeitados os incisos I e II do art. 3º. Esse foi o acordo e o entendimento que o autor do parecer negociou.

Então, é importante dizer que, neste momento, o que poderia ser alcançado já o foi na negociação com o autor. Anteriormente, o projeto poderia ter sido mais bem discutido. Ressalto que um projeto de minha autoria foi anexado ao projeto do Deputado Paulo Piau.

A fase de discussão do projeto não é agora, na derrubada do veto, porque já foi acordado o que será derrubado. A fase de debate do projeto deveria ter sido anteriormente à sua aprovação e na negociação com o Governo. O resumo da leitura do parecer se justifica porque tudo já está acordado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Não quero criar polêmica a respeito do projeto, porque considero que tivemos tempo para discuti-lo.

Mas hoje nos encontramos na ponta do funil. Apesar de o Plenário estar vazio - não temos quórum para analisar e votar o veto -, acredito que, por intermédio da TV Assembléia e da imprensa, grande parcela da comunidade, principalmente a universitária, está esperando o resultado desse projeto. Quem nos está vendo talvez não saiba que houve um processo de negociação, de participação parlamentar, que culminou com a manutenção do veto. Portanto deveríamos explicar melhor o que foi vetado para que possamos votar. Senão, parecerá que estamos apenas referendando a proposta encaminhada ao Executivo, que culminou no veto. Isso é fundamental. Devemos explicar o que está sendo vetado.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. sabe como ocorre o processo legislativo. O autor do projeto negociou conforme o interesse da parte. Então, isso já foi atendido. O acordo é a manutenção do veto. Regimentalmente o Deputado Paulo Piau destacará a parte que lhe interessa para que seja rejeitada. Portanto o processo está absolutamente correto. Ler o parecer, mais ou menos, não alterará o conjunto de ações negociadas, até mesmo dos avanços alcançados com essa negociação. Talvez, dizer que a comissão não se tenha manifestado nem debatido o veto, seja uma crítica válida. Mas, neste momento, o que havia para ser alcançado, o Deputado o fez com muita competência, e o Governo foi muito sensível nesse sentido.

O Deputado Alberto Pinto Coelho\* - Sr. Presidente, serei breve para reforçar o que ficou anteriormente esclarecido. O Governo concordou na revisão do seu veto parcial no tocante à cota definida. O veto foi oposto no princípio de que ficaria mais elástica a possibilidade de acolher, na cota das universidades públicas, os negros e os menos favorecidos no limite de 40%, sem distinção. Porém prevalece ou prevaleceu a proposta inicial de haver definição mais clara das cotas de 20% para os negros e de 20% para os menos favorecidos. O Governo não vê inconveniente algum na derrubada do veto para prevalecer o princípio de uma definição clara, com limites definidos, e não dos 40%.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Sr. Presidente, desejo apenas esclarecer o telespectador, já que o Deputado Carlos Pimenta levantou várias dúvidas, que o parecer deve ser pela manutenção ou pela rejeição do veto, não há meio-termo. O processo regimental é que o Deputado interessado - isso foi negociado - faça o destaque, como fez o Deputado Paulo Piau. Não quis dizer no meu parecer que se deve vetar tudo. O Regimento prevê que se opine pela manutenção, mas que os destaques já estão feitos e que o veto será rejeitado para contemplar o que era uma demanda do autor do projeto. É bom esclarecermos para que os telespectadores, em casa, entendam isso.

O Deputado Alberto Pinto Coelho\* - Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/10/04, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando, a partir de 13/10/04, Adenilton Aparecido Pedro do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Geraldo Ferreira Bitencourt para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 6/10/04, que exonerou Walter Lúcio Alves de Freitas do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Márcio Kangussu

nomeando Claudio Cesar de Mattos Carneiro para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Márcio Passos

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 5/10/04, que nomeou Flávia Regina Moraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria Inês Martins Moraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Paulo Roberto Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Reinaldo Gabriel Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Valmir Lopes Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Joel Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando José Eustáquio dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Roberto Antônio de Souza Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

#### Gabinete da Deputada Vanessa Lucas

exonerando Amanda Paula de Aguiar Neves do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando Iracilda de Jesus Paiva Neves do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando Lucas Miglio do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 4 horas;

exonerando Maira Simoni Lara do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando Viviane Morici Chaves do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Amanda Paula de Aguiar Neves para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Flaviano Lucio Lourenço para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Genoveva Maria de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Iracilda de Jesus Paiva Neves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Lazaro Aneceto Rosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Maira Simoni Lara para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Ravilson de Almeida Lopes Filho para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

nomeando Reveson Jose de Almeida Lopes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Luiz Claudio Lafetá de Almeida do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar Social Progressista;

nomeando Simone Figueiredo Guimarães Lafetá de Almeida para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar Social Progressista.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda. Objeto: conversão de licença de programas e prestação de serviços de informática. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação contratual, com reajuste de preço. Vigência: 27/8/2004 a 15/2/2005. Dotação orçamentária: 33903900.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Linear Equipamentos Eletrônicos. Objeto: fornecimento e instalação de sistema de recepção e de retransmissão de sinais de radiodifusão em sinal aberto da TVA, no interior do Estado. Objeto deste aditamento: formalização de elementos da proposta e alteração de cláusula contratual. Vigência: a partir de 1º/9/2004.

### ERRATAS

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 5/10/2004, pág. 37, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Doutor Ronaldo", onde se lê:

"Aloísio Fonseca", leia-se:

"Aloizio Fonsêca".

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 8/10/2004, pág. 27, col. 1, onde se lê:

"Giortania Corradi Soares Viana", leia-se:

"Giordaina Corradi Soares Viana".